



**XXXI CONGRESO ALAS  
URUGUAY 2017**

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

**Ação pública territorial e mobilização em contexto de ambientalização na Amazônia Brasileira**

Maria José da Silva Aquino Teisserenc

mjaq@uol.com.br

UFPA/Belém (PA)

Brasil

Pierre Teisserenc

Pierre-teisserenc@wanadoo.fr

Université Paris 13 e UFPA/Belém (PA)

França e Brasil



## XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

### RESUMO

A proposta desta comunicação é apresentar os efeitos mobilizadores de dois dispositivos de política pública brasileira dirigidos a situações de injustiças vividas por comunidades Quilombolas e por comunidades de populações tradicionais na Amazônia através do reconhecimento de seus territórios, suas culturas e identidades. No primeiro caso, o das comunidades Quilombolas, é o Estado central encarregado de reparar uma dívida histórica do país para com as populações descendentes de escravos, através de um dispositivo integrado na Constituição de 1988 que propõe o reconhecimento do direito à terra, de difícil aceitação por muitos atores locais opositores. A operacionalização desse dispositivo constitucional, o artigo 68 do ADCT, dá lugar a uma mobilização das comunidades cujo caráter identitário manifesta-se na reivindicação de direitos diferenciados e pelo reconhecimento de uma cultura que interpela as autoridades locais gerando um conflito político ainda mais tenso uma vez que estas mesmas autoridades não dispõem de nenhuma competência reconhecida para o enfrentamento do problema. No segundo caso, o das comunidades de populações tradicionais implicadas na criação de Resex, assiste-se, quando as circunstâncias favorecem, a uma mobilização destas comunidades e seus membros que tiram proveito dos recursos de toda ordem postos a serviço da Reserva, dos apoios dos parceiros técnicos, sociais e políticos e da legitimidade conferida pela ambientalização das situações (LEITE LOPES, 2006) e pelo reconhecimento de seus saberes e práticas em termos da gestão ambiental de seus territórios. Esta mobilização encontra no trabalho do Conselho Deliberativo ocasião para concretizar certo número de suas reivindicações que se apresentam como reivindicações não somente econômicas, sociais e técnicas, mas também políticas uma vez seja a produção deliberativa do Conselho considerada pelo poder local. A base empírica dessas reflexões é composta por resultados de pesquisas iniciadas em 2012, em quatro Resex situadas na zona costeira do Pará, e em dezessete comunidades quilombolas situadas na Ilha de Marajó, o que nos têm permitido revisitar as teorias da mobilização social para comparar uma mobilização que se desenvolve à base de jogos identitários acionados em reivindicações da ordem do reconhecimento buscando integrá-la, a mobilização na dinâmica política local, colocando assim esse mesmo reconhecimento em risco (TOURAINÉ, 2013), com uma mobilização que privilegia a reivindicação de um reconhecimento pela ação local de caráter ambiental (CEFAI et al, 2011), informada na referência ao desenvolvimento sustentável do território, fundamentando-se na nova legitimidade conferida pelos desafios ambientais a essas populações e às suas reivindicações. Tal mobilização leva a problemáticas novas como a questão da governança territorial ambiental (DALLABRIDA, 2003) e a questão da deliberação (GOHN, 2013) a serviço de uma democracia local renovada.



## XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

### ABSTRACT

The proposition of this discourse is to present the mobilizing effects of two devices of the Brazilian public policy system that are directed towards situations of injustice experienced by communities of Quilombolas and traditional Amazonian populations throughout the recognition of their territories, cultures and identities. In the first case, that of the Quilombola communities, it is the central State who is tasked to repair the country's historical debt towards slave-descendant populations, through a device embedded into the 1988 national Constitution that nominates the recognition of land rights, which has inspired feeble acceptance by many local opposing actors. The operationalization of this constitutional device, the ADCT's article 68, gives rise to a multiple-community mobilization whose identity character expresses itself in the claim for differentiated rights and for the recognition of a culture that heckles local authorities spawning an all the more tense political conflict since these same authorities do not possess any acknowledged competence to properly address the issue. In the second case, that of the traditional population communities involved in the Resex's creation, a mobilization of such communities and its members that benefit from all kinds of resources made available to the Reserve, the support of technical, social and political partners and from legitimacy conferred by the environmentalization of the situations (LEITE LOPES, 2006) and by the recognition of their knowledges and experiences in terms of the environmental management of their territories. This mobilization finds in the Deliberative Council's work a suitable occasion to substantiate a certain number of their claims that present themselves as not only economic, social and technical demands but also political once the Council's deliberative production comes to be considered by the local government. The empirical base of those reflexions is composed by results of investigations initiated in 2012, in four Resex situated in Pará state's coastal zone, and in seventeen Quilombola communities located in Ilha do Marajó, thus permitting us to revisit the theories of social mobilization to compare a mobilization that develops itself based on identity games activated in recognition-kind claims seeking to integrate it, the mobilization within the local political dynamics, thereby putting that same recognition at risk, (TOURAINÉ,



## XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

2013), with a mobilization that favors a recognition claim through local environmental type action (CEFAI et al, 2011), informed in the reference to the territory's sustained development, basing itself on the new legitimacy bestowed by environmental challenges to those populations and their claims. Such mobilization leads to new problems like the environmental territorial governance issue (DALLABRIDA, 2003) and the deliberation issue (GOHN, 2013) in service of a renewed local democracy.

### **Palavras chave**

**Mobilização; Ação pública territorial; Reconhecimento**

### **Keywords**

Mobilization; Territorial public action; Recognition



## XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

### **I. Introdução**

Esta comunicação resulta de um trabalho de pesquisa em duas Reservas Extrativistas situadas no nordeste do Pará e em dezessete Territórios Quilombolas situados em Salvaterra, município da ilha do Marajó. O objeto a ser tratado é a mobilização social resultante da aplicação de dois instrumentos de política pública enquanto respostas a situações de injustiça vividas por Quilombolas e populações extrativistas na Amazônia, através do reconhecimento de seus territórios e identidades, e as tentativas de integração dessa mobilização no campo político. Desejamos mostrar a propósito como as particularidades das Reservas Extrativistas e dos Territórios Quilombolas explicam porque os efeitos constatados diferem de uma situação a outra, ainda que os referidos instrumentos foram concebidos enquanto respostas, reparações, a situações de injustiça que remonta ao período Colonial e que permaneceu em um sistema de dominação que não foi abalado nem pela Proclamação da República e nem pelos períodos de democracia vividos mais intensamente no Brasil. A análise dessas diferenças leva-nos a revisitar as teorias da mobilização social para comparar uma mobilização identitária que privilegia reivindicações da ordem do reconhecimento e uma mobilização social pela ação local e pelo projeto de caráter ambiental em uma perspectiva mais política.



## XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

## II. Marco teórico/marco conceitual

### Os efeitos de dois instrumentos d'ação pública.

Considerando Pierre Lascoumes e Patrick Le Galès, o que entendemos por instrumento de ação pública é “um dispositivo técnico com vocação genérica portador de uma concepção concreta da relação política/sociedade e sustentado por uma concepção da regulação” (2012, p. 22). Para apreciar a diferença de efeitos produzidos pelos dois instrumentos de ação pública, que são o dispositivo de reconhecimento dos Territórios de Remanescentes de Quilombos proposto pela Constituição de 1988 e a Resex proposta na Lei do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), de 2000, nos apoiaremos em quatro características identificadas por esses autores que designam um instrumento de ação pública. Cada instrumento é uma instituição, cada um tem uma história, cada um dispõe de ferramentas para sua implementação e, enfim, cada um se constitui em referência para responder em parte as incertezas quanto ao futuro.

### O reconhecimento dos Territórios Quilombolas

Os quilombos constituíram vilarejos cuja formação se deve a reunião de antigos escravos que, arriscando a própria vida fugiram do regime de trabalho forçado nos engenhos de cana-de-açúcar, em grandes ou pequenas fazendas. Durante o período colonial e até à Constituição de 1988, o conceito de quilombo se impôs como “uma categoria vinculada à criminalidade, à marginalidade e ao banditismo [que, no entanto, grifos nossos] é considerado, de acordo com a perspectiva antropológica mais recente, entre outros elementos, como um ente vivo e dinâmico, um *locus* de produção simbólica sujeito a mudanças culturais (MARQUES e GOMES, 2013 p. 143). Depois da abolição da escravatura em 1888, esperou-se até a dita Constituição para que uma vontade de reparação face aos movimentos de populações remanescentes de quilombos, os quilombolas, se manifestasse. E o contexto foi o dos anos de 1980, marcado pelo desenvolvimento de movimentos de reivindicação fundiária em todo o Brasil e pelos debates que acompanharam o reconhecimento do Brasil como uma nação pluriétnica e pluricultural (SANTILLI, 2005; GOMES, 2009)<sup>1</sup>.

---

<sup>1</sup> Juliana Santilli considera que, na Constituição de 1988, o dispositivo legal referente aos Quilombolas justificou-se pelo imperativo da reparação de uma injustiça, para com os negros durante a escravidão, através da atribuição de



## XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

A resposta dada à situação dos quilombolas pela Constituição produziu um impasse quanto à ambiguidade<sup>2</sup> do conceito de quilombo pois integra a ideia de que as comunidades em sua diversidade compartilham “uma concepção de terra de uso comum, que é acionada como elemento de identidade indissociável do território ocupado e das regras de apropriação” (ALMEIDA, 2008b, p. 113).

O dispositivo constitucional que aos quilombolas atribui o direito de uso comunitário da terra<sup>3</sup> exige que cada um dos membros de uma comunidade, considerando o princípio da autodefinição, se reconheça como quilombola em virtude do princípio da autodefinição, e constituam uma associação. A seguir, com base em relações contratuais (ALMEIDA, 2010, p. 335) entre a associação e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), agência do Governo Federal, que se apoia no reconhecimento da autenticidade emitido por uma entidade da sociedade civil, a Fundação Cultural Palmares. O reconhecimento, oficial, aqui referido é o da comunidade e o do território como constituídos de remanescentes de quilombos. Quanto à negociação do contrato, entre o Incra e a associação em nenhum momento participa o poder local.

Essa não participação do poder local é paradoxal, impressionante mesmo, pois, a situação das comunidades quilombolas é em grande parte produzida pela permanência de um sistema de dominação exercido “até hoje pela elite rural tanto no Marajó como em outras regiões da Amazônia e os efeitos sobre as comunidades são os de quebrar relações de reciprocidade entre as famílias que compõem essas coletividades e mantê-las sobre sua dominação” (GOMES, 2005, p. 241). Esse sistema de dominação herdado do período colonial e reestruturado durante o Ciclo da Borracha sob

---

direitos históricos. O reconhecimento então de “direitos territoriais especiais assegurados pela Constituição” (2000, p. 137) baseia-se na consideração de um segmento social como “minorias étnicas, culturalmente diferenciadas” (2000, p. 169).

<sup>2</sup> Uma categoria ambígua na medida em que se aplica a situações heterogêneas como demonstrado em várias análises (MARQUES e GOMES, 2013, p.144-145 e BERNO DE ALMEIDA, 2010); uma categoria que refere habitualmente uma realidade que, pela sua heterogeneidade (MARQUES e GOMES, 2013, p. 141), não é sociológica; é sim de natureza política.

<sup>3</sup> Em referência ao artigo 68 dessa Constituição, que considera que essas comunidades são “bens do patrimônio brasileiro (...) que se trata de proteger” (VERAN, 2003, p. 56). Por isso, “o Estado deve acordar o título definitivo de propriedade às comunidades que, cem anos depois da abolição da escravidão, ocupam a terra dos seus ancestrais”.



## XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

a forma do aviamento permanece até hoje na organização do poder local (TEISSERENC, 2016a) e se manifesta pelos recorrentes conflitos locais em torno do uso da terra.

Para dar conta da mobilização social dos quilombolas e dos seus efeitos políticos adotamos o proposto por Alain Touraine em seu último trabalho quando constatou uma “ruptura entre a mobilização social e a ação política” (2013, p. 116). Para abordar tal fenômeno Touraine nos convida a rejeitar uma concepção institucional da política e privilegiar as condições de uma mobilização social levada a “se organizar em ações políticas” (2013, p. 102) e a se interessar, nos atores, pela “vontade de agir e confiança em sua própria capacidade de ação, coletiva e individual” (2013, p. 610-612).

### **A Resex, instrumento de ação pública capaz de responder à situação das comunidades de populações tradicionais**

No caso das populações tradicionais implicadas na criação de uma Resex, o dispositivo proposto pelo Snuc oferece a essas populações o duplo reconhecimento de seu território de ocupação e de suas competências em termos de gestão ambiental por meio de um contrato. Esse contrato estipula que as populações tradicionais, graças aos seus “saberes nativos” são beneficiárias do reconhecimento de seu território e de um direito de uso da terra como contrapartida de sua implicação na gestão deste conforme regras de proteção ambientais (AUBERTIN et PINTON, 1996)<sup>4</sup>.

Uma das grandes originalidades da Resex está na sua constituição como um dos raros instrumentos de política pública (TEISSERENC, 2009) concebido pelo movimento social em parceria com o meio científico, em um contexto político nacional e internacional particularmente favorável, que soube utilizar o argumento das exigências ambientais – argumento novo no contexto dos anos de 1980 -, para “resistir à proletarização forçada dos seringueiros “ (ALMEIDA, 2004, p. 48).

A adoção desta experiência excepcional pelas autoridades públicas brasileiras em um momento de ampla mobilização pela retomada da democracia no país, assim como de preparação da Eco-92, fazendo desta uma política pública ambiental emblemática (SANTILI, 2005) levou à

---

<sup>4</sup> “É porque aceitam os objetivos ambientais que essas populações adquirem um reconhecimento jurídico e identitário associado a direitos agrários e a restrições de uso assim respeitando tais objetivos... Esse contrato social define espaço político, identidade ecológica e inserção no mercado” (AUBERTIN et PINTON, 1996, p. 233)



## XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

sua transformação em um instrumento de ação pública capaz de responder às exigências de desenvolvimento sustentável de um território rico em biodiversidade pela implementação de um regime ambiental de gestão apoiado pelo Governo Federal com o objetivo de proteger o meio, o modo de vida, a cultura, saberes e práticas das populações extrativistas tradicionais.

A criação de uma Resex se acompanha de ferramentas disponibilizadas pelas autoridades brasileiras, caso dos diagnósticos territoriais participativos, o plano de gestão e o Conselho Deliberativo onde de maneira paritária possuem assento os representantes das comunidades e os representantes das instituições parceiras da Reserva. Assim, o objetivo é promover uma gestão participativa espera-se promover uma gestão participativa utilizando os diferentes recursos dos quais a Reserva se beneficia, sobretudo os recursos financeiros e os recursos em termos de *expertises técnicas*.

O reconhecimento das populações tradicionais, é verdade, leva em conta os fatores identitários<sup>5</sup>; mas está mais ligado aos desafios sociais e políticos quando denuncia o sistema de dominação herdado do “aviamento” e quando confere a essas populações o estatuto de trabalhadores, dispondo de um sindicato e de instituições profissionais capazes de defender seus novos direitos de cidadãos plenos.

O contexto da ambientalização é essencial para a compreensão e a eficácia do instrumento de ação pública Resex. Entendemos a ideia de ambientalização no sentido atribuído por José Sérgio Leite Lopes (2006), como um processo histórico de construção de novos fenômenos, de uma nova questão social, de uma nova questão pública. Empiricamente esse processo se manifesta em mudanças quanto ao reconhecimento dos conflitos sociais, à legitimidade dos atores comprometidos com tais conflitos, aos argumentos utilizados para explicá-los e justificá-los, assim como às suas reivindicações. Ele se manifesta igualmente pela institucionalização da regulação desses conflitos a partir de debates que terminam por dar visibilidade a tais conflitos. Disso resulta uma maneira nova de apreender o território e os seus desafios em termos de desenvolvimento sustentável que dá aos atores locais novos argumentos para justificar seu engajamento, seja coletivo ou individual.

---

<sup>5</sup> Mesmo se tais fatores não são mais determinantes, uma vez tratar-se, segundo Deborah Magalhães Lima, de “uma minoria não reconhecida, essencialmente porque ela não possui uma identidade étnica distinta da população dominante ... e que por isso necessita de um reconhecimento político”. (MAGALHAES LIMA, 2002, p. 17).



## XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

Como veremos em seguida, o novo contexto territorial resultante da criação de uma Resex se caracteriza pela permanência da mobilização social das populações, origem dessa criação, e que encontram no Conselho Deliberativo, quando as condições favorecem, o espaço público para o qual converge o essencial de suas reivindicações ali beneficiadas de um tratamento coletivo pelos representantes das populações e seus parceiros. Esse novo contexto é também marcado por um novo conflito, resultante da concorrência entre duas instituições públicas, a Prefeitura e o Conselho Deliberativo. A presença dessas duas instituições em um mesmo território contribui para dar mais visibilidade aos conflitos locais.

Considerando a mobilização social em tal contexto privilegiamos o quadro teórico proposto por Daniel Cefaï e seus colegas ao entenderem que “engajamento pessoal e mobilização coletiva contribuem para a formulação da experiência do mundo, de si e de outro, e para a emergência de normas éticas, jurídicas e políticas de bem-viver coletivamente” (CEFAI et Alii, 2011, p. 51). Esta mobilização procede por um adensamento das relações entre as comunidades e seus membros na perspectiva dos “regimes de proximidade” (dado, em especial, laços de familiaridade com as coisas e com as pessoas), mas também entre as comunidades e seus parceiros na perspectiva dos “regimes de ação pública” (MOTA, 2011, p. 255-56). As reivindicações, então, das comunidades produzem efeitos ambivalentes: originam novos conflitos locais e oportunizam uma melhor integração da mobilização no processo político.



## XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

### **III. Metodología**

Esta comunicação se fundamenta em resultados de duas pesquisas. Uma pesquisa em duas Reservas Extrativistas Marinhas situadas no nordeste do Pará (Mãe Grande de Curuçá e São João da Ponta) e outra pesquisa em um território onde se situam dezessete comunidades de remanescentes de quilombos, situado no município de Salvaterra (PA), na ilha de Marajó. Voltadas para a análise da mobilização social resultante da aplicação de dois instrumentos de política pública (Resex e Território Quilombola), as duas pesquisas foram operadas utilizando-se a entrevista e as conversas informais com membros de comunidades e, no caso das Resex, além de entrevistas, procedeu-se à observação direta em reuniões de trabalho dos Conselhos Deliberativos.



## XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

### **IV. Análise e discussão dos dados**

#### **Os mecanismos da mobilização social e seus efeitos políticos**

##### **1. A mobilização das comuniddes quilombolas**

As 17 comunidades quilombolas situadas no município de Salvaterra viveram uma grande efervescência após a promulgação da Constituição de 1988. Deu-se início então, com o apoio de antropólogos e historiadores empenhados na produção dos laudos necessários à certificação dos seus territórios como remanescentes de antigos quilombos, a criação progressiva de associações de quilombolas. As associações, uma por comunidade, integradas por aqueles autoidentificados como quilombolas, mais tarde, nos fins de 1990, deram origem à Coordenação Estadual das Associações de Comunidades Remanescentes de Quilombos, chamada Malungu<sup>6</sup>, oficializada como uma entidade sem fins lucrativos em 2004. Em 2013 a Malungu, que sempre contou com o apoio do segmento progressista militante da Igreja Católica, com organizações não-governamentais e instituições de ensino superior públicas e privadas, contava com associações filiadas em 36 (de um total de 144) municípios do estado do Pará.

Esta efervescência é o resultado de uma imbricação entre estratégias individuais para se reconhecer como quilombola e estratégias coletivas. De fato, como precisa Horácio Antunes de Sant’Ana Jr. e Caroline Pires de Miranda, o ato individual de autodefinição se dá em meio a “um processo coletivo de autoconstituição que se faz em meio a lutas e conquistas, tanto para afirmação de sua identidade como para acessarem o controle sobre seus territórios, ressaltando que esse processo passa pelo estabelecimento de regras de conservação bem como formação de alianças com agentes externos” (2013, p 111). Um processo coletivo nutrido de “raízes locais profundas e de laços de solidariedade” (ALMEIDA, 2008a, p. 70), e que se explica pela existência de um “potencial de mobilização” resultante de expectativas das comunidades quilombolas acumuladas desde há muito (ALMEIDA, 2008b, p. 149).

---

<sup>6</sup> Malungu é uma palavra de origem africana que passou a significar irmão, parente, companheiro. Para mais detalhes cf. Robert W. Slenes (1992).



## XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

Recrudescer, nesta efervescência, uma valorização das festas, dos ritos, das práticas, que caracterizam culturalmente as populações quilombolas, testemunhando que o território reivindicado se impõe como o suporte de sua identidade (CASTRO, 1997). Assim, ao mesmo tempo em que se negocia o reconhecimento dos direitos territoriais com o Governo Federal por intermédio do Inca as comunidades reivindicam o reconhecimento de direitos culturais diferenciados junto ao poder local. Muitas tentativas de engajamento das comunidades e/ou de seus membros nos assuntos locais, no campo religioso<sup>7</sup>, sobretudo no campo político, têm origem na mobilização identitária dos quilombolas. Mas, dentro dos nossos propósitos nesta comunicação, nos restringiremos ao campo político, privilegiando as estratégias desenvolvidas pelas comunidades e seus membros por ocasião das eleições municipais em 2004, 2008 e 2012.

Durante essas eleições, as estratégias das comunidades consistiram, inicialmente, em interferir no jogo político apoiando uma candidatura a vice-prefeito em 2004, depois uma candidatura de uma líder do movimento a vereadora em 2008. Esta estratégia de alianças com os líderes locais conhecidos fracassou. Assim, nas eleições de 2012, as comunidades quilombolas decidiram por listar as suas reivindicações sob a forma de uma “Carta Compromisso” proposta à assinatura dos candidatos em campanha. Esta estratégia foi bem sucedida, uma vez que o único candidato a assinar a “Carta” foi eleito com o apoio dos quilombolas. Ele se impôs como um prefeito inovador e que permaneceu fiel aos compromissos, aceitou ter como conselheiro voluntário um líder proposto pelas comunidades quilombolas e procurou fazer o possível para melhor atender às demandas de tratamento diferenciado aos quilombolas em matéria de educação (adaptação curricular do conteúdo de história), como também em matéria de aprendizagem de práticas culturais negras no âmbito da escola e na organização dos jogos olímpicos quilombolas.

## 2. A mobilização das populações tradicionais nas Resex

No que concerne às populações tradicionais das Resex de São João da Ponta e de Curuçá, a

---

<sup>7</sup> No campo religioso as reivindicações identitárias contrariam concepções teológicas daqueles que, na Igreja Católica, se opõem ao sincretismo em nome da verdade, da mesma forma que se opõem a muitas interdições que emanam de grande parte das igrejas cristãs não católicas.



**XXXI CONGRESO ALAS  
URUGUAY 2017**

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

mobilização que levou à criação dos dois territórios protegidos ambientalmente, em 2003 e 2004<sup>8</sup>, em muito se beneficiou de um trabalho realizado pela Igreja Católica segundo princípios da Teologia da Libertação (TEISSERENC, 2009). Esta mobilização enfrentou a hostilidade do poder local até a eleição de 2008 que, contrariando todas as expectativas, em São João da Ponta resultou na escolha como prefeito do antigo presidente da associação de usuários da Resex e, em Curuçá, na escolha de um prefeito representante de uma das famílias importantes região, que se aliou a uma das lideranças, formada pelo trabalho da Igreja Católica, implicada no movimento pela criação da Reserva, e que veio a ocupar o cargo de vice-prefeito. Liderança esta, além de militante reconhecido, bem considerado enquanto técnico de uma agência pública de apoio a sistemas produtivos rurais (TEISSERENC, 2014).

A situação nova criada, traduzida especialmente pela implicação pessoal dos dois prefeitos nos Conselhos Deliberativos das Resex respectivas a seus municípios, permitiu uma evolução do conflito resultante da operacionalização dessas instâncias de decisão que se impuseram como instituições públicas legítimas, com recursos e ferramentas providas pelo Governo Federal, assim concorrendo com a Prefeitura. Esta evolução pode ser compreendida pelo lugar assumido pelo desafio ambiental, origem da criação das Reservas e que levou ao reconhecimento do trabalho dos Conselhos Deliberativos e de seus membros. Para isso, é necessário indicar a importância de terem encontrado, os membros e os Conselhos, nas referências ambientais um novo “repertório de ação coletiva local” (TILLY, 1986), base de uma justificação para reivindicações e compromissos. Esta evolução é compreendida também pelo reconhecimento da prática deliberativa nos Conselhos. Um desafio que, quando as condições favorecem, confere a este trabalho, em particular às decisões e às ações por eles (os Conselhos) impulsionados, um caráter político.

De acordo com nossas observações verifica-se que um tal contexto favorece uma politização das situações locais. Uma politização que se apresenta como o resultado da implicação das comunidades em um trabalho de coprodução de ações e projetos no âmbito do Conselho Deliberativo, instância de decisões coletivas que se beneficia de um bom uso dos recursos e das ferramentas coloca-

---

<sup>8</sup> Sem dúvida, é o Presidente da República que decreta a criação de uma Resex; mas tal decisão parece levar em conta a situação das forças sociais de um território para evitar o fracasso de um procedimento tão complexo a ser implementado.



## XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

das à sua disposição pelo Governo Federal. Mas, se beneficia notadamente da legitimidade da qual se beneficiam os membros das comunidades e suas reivindicações desenhadas com o traço da ambientalização (TEISSERENC, 2016b). De fato, a politização e a ambientalização mostraram-se fatores bastante influentes a partir do momento em que o Conselho Deliberativo se impôs como o lugar privilegiado dos debates entre as populações locais, experts e políticos que tiveram oportunidade de confrontar seus saberes (uns com saberes acadêmicos e outros com os saberes nativos) com o objetivo de dar um conteúdo concreto à gestão da biodiversidade do território capaz de satisfazer às exigências ambientais. A exemplo do que ocorre com os “fóruns híbridos” (CALLON; LASCOUMES; LABARTHE, 2001), essa confrontação permitiu aos atores implicados produzir respostas a problemas locais na forma de ações coletivas que se beneficiaram dos saberes sociotécnicos. É claro que a participação pessoal de um dos prefeitos nos trabalhos do Conselho, caso de Curuçá, constitui uma espécie de certificação do reconhecimento do caráter político desse trabalho.

A análise do trabalho realizado no seio dos Conselhos Deliberativos dessas duas Resex conforta nossa interpretação. Trate-se das observações relativas ao funcionamento do Conselho, sua organização, a agenda de um programa de trabalho etc; trate-se das observações relativas às missões do Conselho, o respeito das populações locais pela sua imagem, a atratividade exercida nas populações; trate-se das questões relativas ao estatuto dos conselheiros e de sua maneira de assumir o trabalho de representação; trate-se da qualidade dos intercâmbios, da qualidade dos atores e dos aprendizados; trate-se, enfim, das considerações sobre o papel político ligado ao caráter político das decisões tomadas. Todas essas observações jogam luz sobre a maneira como procede a politização dos desafios locais dentro do Conselho Deliberativo em um contexto de ambientalização. Elas mostram que esse trabalho se apresenta como resultado de uma institucionalização da deliberação e de sua integração no campo político (GOHN, 2013).



## XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

### V. Conclusões

#### 1. Limites de uma mobilização identitária

A expressão retomada por dois membros das comunidades quilombolas entrevistados “eu sou negra e tenho orgulho disso”, é absolutamente significativa de um dos mecanismos que contribuí para a mobilização identitária dos quilombolas. Incontestavelmente “eu sou negra” remete ao ato individual de autodefinição; mas “eu tenho orgulho disso” representa o que esse ato, difícil de assumir, contém de potencial de mobilização. Tal potencial explica que a dinâmica que acompanha a organização das comunidades e o engajamento de seus membros no trabalho de demarcação de seus territórios têm origem “nesse processo de autoconstrução” (SANT’ANA JR; PIRES DE MIRANDA, 2013). Como toda dinâmica territorial, esse processo passa por imprevistos pois o caminho até o reconhecimento contém ciladas. Tal mobilização leva a uma “consolidação das formas organizativas de autodefinição”, a uma finalização de reivindicações de “direitos territoriais” e “às tentativas de autonomia organizativa, militantemente construídas” (ALMEIDA, 2010, p. 333-334).

É a combinação desses três fatores da mobilização identitária (autodefinição, organização das comunidades e potencial de mobilização) que permitem compreender as estratégias individuais e coletivas desenvolvidas pelos quilombolas no campo político<sup>9</sup> para reivindicar junto ao poder local os direitos culturais que não são considerados na negociação com o poder federal<sup>10</sup>.

Voltando a Alain Touraine (1984), pode-se observar que as dificuldades encontradas pelos quilombolas resultam em grande parte de suas reivindicações se basearem em uma “afirmação identitária defensiva”<sup>11</sup> e em estratégias clássicas de influência e/ou de tomada do poder com o objetivo de obter um tratamento social diferenciado. A identidade aqui discutida é aquela entidade

---

<sup>9</sup> Estratégias idênticas encontram-se no campo religioso; estratégias que apresentamos neste artigo e que confirmam nossa interpretação da situação.

<sup>10</sup> Reivindicações que são as de muitos movimentos sociais na (PORTO GONÇALVES, 2001, p. 130; LEFF, 2006, p. 501).

<sup>11</sup> Diferente de “uma afirmação identitária positiva” característica da capacidade da mobilização utilizar a referência identitária como recurso a serviço da ação coletiva.



## XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

“auto-organizada” que procura se impor nos debates públicos locais como um grupo estigmatizado preocupado em denunciar discriminações por ele sofridas e em obter compensação através de vantagens reivindicadas. Em uma sociedade pluriétnica e pluricultural a afirmação de uma cultura “diferenciada” (SANTILLI, 2005, p. 85) e a reivindicação de direitos culturais correspondentes seriam absolutamente legítimos se elas não fossem a reivindicação do “reconhecimento de seus particularismos” (LENA, 2002, p. 19) e sim a expressão de uma cidadania compartilhada. Significativo a propósito é a “Carta Compromisso”, cuja análise mostra a que ponto a mobilização dos quilombolas se aproxima da dos Novos Movimentos Sociais (TOURAINÉ, 1984; MELUCCI, 1989), que “comportam uma forte dimensão expressiva da afirmação de estilos de vida ou de identidades”, objetivando “construir contra os poderes públicos espaços de autonomia e reafirmar a independência de formas de sociabilidade privada sem o seu controle” (NEVEU, 2015, p. 61).

Aqui termina a comparação como os NMS pois, para ultrapassar a reivindicação de um “tratamento diferenciado” buscando interferir diretamente no sistema político, foi necessário certo “grau de abertura do sistema de poder local” (NEVEU, 2015, p. 83-85); o que não foi possível acontecer em Salvaterra antes das eleições de 2012 face a um poder local totalmente fechado, pois permanente um sistema de dominação que as estratégias das comunidades não buscaram denunciar<sup>12</sup>.

## 2. A construção de uma sociedade política

A situação dos territórios de Resex é bastante diferente, pois a mobilização social que justificou as criações das duas que aqui analisamos<sup>13</sup> se beneficia, a partir de sua implementação, de apoios novos para sustentá-las e de uma orientação para objetivos outros graças a uma valorização dos saberes e práticas das comunidades para melhorar o sistema produtivo local e torna-lo apto a satisfazer as exigências ambientais privilegiando uma dinâmica territorial de projeto (TEISSERENC,

---

<sup>12</sup> Resta apreciar, em que medida a «abertura do sistema de poder local» proposta pelo novo prefeito teria sido suficiente para criar condições de um início de reconhecimento diferenciado das populações quilombolas?

<sup>13</sup> Mesmo se a decisão de criar uma Resex dependa exclusivamente de um ato do Presidente da República, é claro que em meio aos critérios para fazê-lo a existência de um movimento social organizado e dinâmico, conduzido por coletivos ativos é determinante para justificar uma criação que se apresenta como conflitual em razão do poder local. Assim, as chances de sobrevivência da Resex seriam muito limitadas se não existisse tal mobilização a sustentá-la.



**XXXI CONGRESO ALAS  
URUGUAY 2017**

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

2016)<sup>14</sup>. Uma dinâmica na qual se contou com engajamentos individuais e coletivos mobilizados em uma experiência compartilhada, de construção de regras, de uma ética visualizando-se uma vida coletiva de bem-estar. Algo possível graças a um adensamento dos laços entre a comunidade e os seus membros. Quando as circunstâncias locais permitiram, logo depois das eleições de 2008, esta mobilização social progressivamente se encaminhou para o campo político a partir do trabalho do Conselho Deliberativo que soube aproveitar da legitimidade juridicamente conferida às práticas deliberativas para coproduzir ações coletivas locais que alcançaram o patamar de ações políticas dada a implicação dos dois prefeitos, e dado também que nessas ações referências outras de ações coletivas, como as exigências foram apropriadas (TILLY, 1986).

Nesse contexto novo, o reconhecimento do caráter político dessas ações é o resultado de uma politização no sentido colocado por Jacques Lagroye, a partir de “um acordo prático” (2003, p. 12) entre atores com vistas a requalificar todo tipo de práticas sociais, de relações e de engajamentos em atividades políticas. Tal requalificação é sempre possível quando atores se encontram “inclinados a transgredir as regras tradicionais que codificam o funcionamento da ordem social”. É algo desta ordem que se produziu nas duas Resex após a eleição de 2008 quando os prefeitos dos dois municípios se implicaram no trabalho dos respectivos Conselhos e reconheceram, junto aos demais membros, o caráter deliberativo desse trabalho.

Se retomarmos aqui o esquema proposto por Alain Touraine (1984), tal mobilização baseia-se numa afirmação identitária ofensiva que privilegia a luta contra a dominação constituindo-se em força propositiva graças ao trabalho do Conselho Deliberativo. Essas perspectivas dão conta da emergência de uma sociedade local que prefere apreender a complexidade dos problemas identificados colocando o conjunto dos recursos e o uso inteligente dos instrumentos postos à disposição pelo Governo Federal para responder aos conflitos, antigos e novos, a serviço da mobilização. Uma mobilização tendo como objeto um futuro de território que responda às exigências ambientais. Uma mobilização pelo projeto, conferindo a este um sentido político graças,

---

<sup>14</sup> E não de uma reivindicação de princípio com o objetivo de satisfazer as exigências de reparação de uma injustiça como é o caso dos quilombolas.



**XXXI CONGRESO ALAS  
URUGUAY 2017**

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

em particular, ao trabalho deliberativo e o respeito aos resultados desse trabalho pelos políticos, recoloca em causa fundamentos da dominação sob o efeito das diferentes formas de reconhecimento (HONNETH, 2003) associadas a implementação de uma Resex, que que contribuem para uma mais adequada integração dos resultados do campo político. Esta integração depende da capacidade da mobilização local em “ultrapassar as divisões entre os atores e formar alianças, constituir uma força consequente em termos de visibilidade, talvez, ganhar um reconhecimento legal e político” (CEFAI e alii, 2011, p. 49).



**XXXI CONGRESO ALAS  
URUGUAY 2017**

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

## **VI. Bibliografía**

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de (2010). “Territórios quilombolas e conflitos, comentários sobre povos e comunidades tradicionais atingidos por conflitos de terra e atos de violência no decorrer de 2009”. Caderno de debates NOVA CARTOGRAFIA SOCIAL, v. 1, n. 2, Manaus, 318-349.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de (2008a). Antropologia dos arquivos da Amazônia. Rio de Janeiro: Casa 8 / F.U.A.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de (2008b). Terra de quilombo, terras indígenas, “babaçuais livres”, faxinais e fundo de pasto: terras tradicionalmente ocupadas. 2. Ed. Manaus: PGSCA – UFAM.

ALMEIDA, Mauro William Barbosa (2004). «Direitos à floresta e ambientalismo: os seringueiros e suas lutas». In: Revista Brasileira de Ciências Sociais, V. 19, nº 55, p 33-53.

CALLON, Michel; LASCOUMES, Pierre; LABARTHE, Yves (2001). Agir dans un monde incertain. Essai sur la démocratie technique. Paris: Le Seuil (La couleur des idées).

CEFAI, Daniel e alii (org.) (2011), *Arenas públicas. Por uma etnografia da vida associativa*, Niterói: Editora da UFF.

GOHN, Maria da Glória (2013). Conselhos gestores e participação sociopolítica. São Paulo: Cortez.

GOMES, Flavio dos Santos (2005). A Hidra e os Pântanos: mocambos, quilombolas e comunidades de fugitivos no Brasil século XVII-XIX. São Paulo: Ed. UNESP Polis.

GOMES, Lilian Cristina Bernardo (2009), *Justiça seja feita: direito quilombola ao território*. Tese de doutorado. Programa de Pós-Graduação em Ciência Política / Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas / Universidade Federal de Minas Gerais.

HONNETH, Axel (2003). Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais. São Paulo: Editora 34.

INCRA (2012), Relatório técnico de identificação e delimitação de comunidades Quilombolas, Belém.

LAGROYE, Jacques (Org.) (2003). La politisation. Paris: Belin.



**XXXI CONGRESO ALAS  
URUGUAY 2017**

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

LASCOUMES, Pierre; LE GALES, Patrick (2012), “A ação pública compreendida pelos seus instrumentos”. Revista Pós-Ciências Sociais/Universidade Federal do Maranhão, Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais, v. 9, n. 18.

LEFF, Henrique (2006). Racionalidade ambiental – a reapropriação social da natureza. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

LEITE LOPES, José Sérgio (2006). Sobre processos de “ambientalização” de conflitos sociais e sobre dilemas da participação. Horizontes Antropológicos, ano 12, n. 25, p. 31-64, jan./jun.

LENA, Philippe (2002). “As políticas de desenvolvimento sustentável para a Amazônia – problemas e contradições”. Boletim Rede Amazônia, Ano 1, N°1, 9-22.

MAGALHÃES LIMA, Deborah (2002). “Ethique et politique environnementale en Amazonie contemporaine”. Lusotopie, 2002/1, 13-23.

MARQUES, Eduardo e GOMES, Lilian (2013) “A Constituição de 1988 e a ressignificação dos quilombos contemporâneos. Limites e potencialidades”, in REVISTA BRASILEIRA DE CIÊNCIAS SOCIAIS, Vol. 28, N. 81, 137-153.

MELUCCI, Alberto (1989). “Um objetivo para os movimentos sociais?”. Lua Nova, junho 89, n. 17, p. 49-66.

MOTA, Fabio Reis (2011). “Quanto custa ser quilombolas no Brasil? Mobilizações coletivas e associativismo no Brasil contemporâneo”. CEFAL, Daniel et alii (org.). Arenas públicas. Por uma etnografia da vida associativa. Niterói: Editora da UFF, p. 239-262.

NEVEU, Erick (2015). Sociologie des mouvements sociaux. 6. Ed. Paris: La découverte. Coll. “Repères sociologiques”.

PORTO GONÇALVES, Carlos Walter (2001). Amazônia, Amazônias. São Paulo: Editora Contexto.

SANT’ANA JUNIOR, Horácio Antunes (de) e PIRES MIRANDA, Ana Caroline (2013), “Conflitos ambientais na Amazônia e a construção de categorias sociológicas e jurídicas: análise da expressão “povos e comunidades tradicionais”, Revista Pós Ciências Sociais, Dossiê: “Sociedade, Mercado e Sustentabilidade”, V. 10, n. 20, jul/dez. 103-120

SANTILLI, Juliana (2005). Socioambientalismo e novos direitos. Proteção jurídica à diversidade biológica e cultural. São Paulo: Instituto Internacional de educação do Brasil / Editora Peirópolis.

SLENES, Robert Wayne (1992). “Malungu, n’goma vem: África coberta e descoberta no Brasil”. Revista Usp, n. 12, p. 48-67.



**XXXI CONGRESO ALAS  
URUGUAY 2017**

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

TEISSERENC, Maria José da Silva Aquino (2016). “Politização, ambientalização e desenvolvimento territorial em Reservas Extrativistas”. Caderno CRH, Salvador, v. 29, n. 77, maio-agosto de 2016, p. 229-242.

TEISSERENC, Pierre (2016a), “Poder local e condições de sua renovação na Amazônia”, Revista Novos Cadernos Naea, v. 19, n. 1/2016, 47-70.

TEISSERENC, Pierre (2016b) “As vias de integração da mobilização social no campo político, Caderno CRH, Salvador, v. 29, n. 77, 243-259.

TEISSERENC Pierre. (2014). “A governança territorial a partir da experiência das Reservas Extrativistas”. Revista Pós-Ciências Sociais, Maranhão, v. 11, n. 22, p. 19-41.

TEISSERENC, Pierre. (2009) “Les RESEXs : Un instrument au service des politiques de développement durable en Amazonie brésilienne”. Revista Pós-Ciências Sociais/Universidade Federal do Maranhão, Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais, v. 6, n. 12, 2009, pp. 41-68.

TILLY, Charles (1986). La France conteste de 1660 à nos jours. Paris: Fayard. Coll. “l’Espace du politique”.

TOURAINÉ, Alain (2013). La fin des sociétés. Paris: Ed. du Seuil. Coll. “Essais”, Paris.

TOURAINÉ, Alain (1984). Le retour de l’acteur. Paris: Fayard.

VERAN, Jean-François (2003). L’esclavage en héritage (Brésil). Le droit à la terra des descendants de marroms. Paris: Karthala.